



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**CONCURSO PÚBLICO**  
**PROCESSO N.º CPI/23/2023**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA  
PRIVADA NO BAIRRO NASCER DO SOL E ANTIGA ESCOLA  
(AMERICANA) T-234 SITO ÀS AMOREIRAS, SANTA CRUZ, PRAIA DA  
VITÓRIA – ILHA TERCEIRA - AÇORES

PROGRAMA DO CONCURSO

Aprovado,

**3. 7. 2023**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Artigo 1.º   Identificação e objeto do procedimento .....	3
Artigo 2.º   Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3.º   Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º   Plataforma eletrónica de contratação .....	3
Artigo 5.º   Esclarecimentos, retificações, erros e omissões .....	4
Artigo 6.º   Visita aos locais .....	4
Artigo 7.º   Documentos que constituem as propostas .....	5
Artigo 8.º   Prazo de apresentação das propostas .....	6
Artigo 9.º   Modo de apresentação das propostas .....	6
Artigo 10.º   Apresentação de propostas variantes .....	7
Artigo 11.º   Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	7
Artigo 12.º   Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas .....	7
Artigo 13.º   Preço base .....	7
Artigo 14.º   Critério de adjudicação e critério de desempate .....	7
Artigo 15.º   Documentos de habilitação .....	8
Artigo 16.º   Caução .....	10
Artigo 17.º   Agrupamentos .....	10
Artigo 18.º   Despesas e encargos .....	10
Artigo 19.º   Proteção de dados pessoais .....	11
Artigo 20.º   Prevalência .....	12
Artigo 21.º   Legislação aplicável .....	12
ANEXO I .....	13
ANEXO II .....	14



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Artigo 1.º | Identificação e objeto do procedimento**

1. O presente procedimento tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA NO BAIRRO NASCER DO SOL E ANTIGA ESCOLA (AMERICANA) T-234, SITO ÀS AMOREIRAS, SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA, ILHA TERCEIRA, AÇORES”**, em conformidade com o previsto no presente programa e no caderno de encargos.
2. O presente procedimento reveste a forma de concurso público com publicidade internacional nos termos do preceituado na alínea b) do artigo 20.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, com as devidas adaptações, e decorre na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt>, doravante designada por plataforma eletrónica.
3. O objeto do presente procedimento tem a seguinte referência do Código do Vocabulário Principal (CPV): 79714000-2 “Serviços de vigilância”.

**Artigo 2.º | Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Vice-Presidência do Governo Regional, com sede no Palácio dos Capitães Gerais – Largo Prior do Crato, 9700-157 Angra do Heroísmo, com o telefone (+351) 295 402 300 e o endereço de correio eletrónico [vice-presidencia@azores.gov.pt](mailto:vice-presidencia@azores.gov.pt).

**Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, de 03 de julho de 2023, no uso de competência própria estabelecida na alínea c) do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 36.º e 38.º, ambos do CCP.

**Artigo 4.º | Plataforma eletrónica de contratação**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica disponível em <https://www.acingov.pt>, doravante designada por plataforma acinGov.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

2. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas aos interessados na plataforma eletrónica de contratação pública, onde podem ser consultadas de forma livre, completa e gratuita, a partir da data de publicação do respetivo anúncio.
3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tenham sido disponibilizadas, nos termos do número anterior, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

**Artigo 5.º | Esclarecimentos, retificações, erros e omissões**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser apresentados pelos interessados até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados, por escrito, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo referido no n.º 1 do presente artigo, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo, ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.
5. Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que, até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
6. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados deste facto.
7. Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma acinGov.

**Artigo 6.º | Visita aos locais**

1. Os interessados podem visitar os locais do presente procedimento, para aferição das condições que entendam poder influir no modo de execução das prestações, objeto do contrato, e confirmar os dados e elementos disponibilizados pela entidade adjudicante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

2. Os interessados poderão solicitar, mediante pedido, efetuado na plataforma acinGov, a realização de visitas aos locais por forma a inteirarem-se das condições estabelecidas no caderno de encargos.
3. A visita deve ser solicitada atempadamente de forma a ser realizada dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o calendário a definir pela entidade adjudicante, com vista a permitir que os pedidos de esclarecimento, formulados pelos interessados, incluam as eventuais dúvidas decorrentes da visita.

**Artigo 7.º | Documentos que constituem as propostas**

1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme modelo já pré-preenchido e disponível na plataforma;
- b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o anexo I ao presente programa de concurso considerando o seguinte:
  - i) O preço, que não deve incluir o IVA, é também indicado em algarismos;
  - ii) Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
  - iii) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- c) Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade pretende que o concorrente se vincule, designadamente
  - i. Plano de trabalhos devidamente detalhado e a sua forma de implementação.
- d) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 9º;
- e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.

2- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.

3- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- 4 - O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o I.V.A., e será considerado até à segunda casa decimal, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
- 5 - Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
6. - Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
- 7 - No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser preenchida autonomamente por cada uma das entidades que integram o agrupamento.
- 8 - Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em português.

**Artigo 8.º | Prazo de apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser submetidas na plataforma acinGov até às 23h59 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio do concurso público ao Jornal Oficial da União Europeia.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção através da plataforma.
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
4. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

**Artigo 9.º | Modo de apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as constituem devem ser apresentados através da plataforma acinGov até ao termo do prazo fixado no presente programa do concurso.
2. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

4. Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).

#### **Artigo 10.º | Apresentação de propostas variantes**

Não será admitida a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 11.º | Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Artigo 12.º | Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas**

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico, nem a negociação das propostas.

#### **Artigo 13.º | Preço base**

O preço base é de € 232.400,00 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos euros), sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato

#### **Artigo 14.º | Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço mais baixo.

2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será considerado, para efeitos de desempate, a realização de um sorteio, nos termos que se seguem:

- a) a data e hora do ato público do sorteio das propostas empatadas, será comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- b) ao ato público do sorteio poderá assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) o júri escreverá o nome de cada concorrente, cuja proposta tenha ficado empatada, num papel, que será dobrado e inserido num saco opaco;
- d) depois de devidamente misturado, o júri retirará o papel com o nome do concorrente sorteado, que ficará ordenado em primeiro lugar para efeitos de adjudicação, e os demais concorrentes ordenados sucessivamente pela respetiva ordem.

**Artigo 15.º | Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva;
- d) Certidão do registo comercial em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- e) Fotocópia do alvará comprovativo da autorização para a realização dos serviços referentes à atividade de segurança;
- f) Habilitação profissional dos vigilantes emitida nos termos da legislação em vigor;
- g) Lista de recursos humanos a afetar à prestação de serviços;
- h) Fotocópia das apólices de seguros de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

2. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
7. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
8. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento do adjudicatário na modalidade indicada no artigo 17.º do presente programa.
9. No caso previsto no número anterior, o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Artigo 16.º | Caução**

1. Caso a adjudicação recaia sobre proposta cujo preço contratual seja igual ou superior a 200.000,00€, o adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor que se encontrar definido, em cumprimento do artigo 43.º do RJCPRAA:
3. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo II;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo II.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.

**Artigo 17.º | Agrupamentos**

- 1 Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
1. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

**Artigo 18.º | Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação das propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Artigo 19.º | Proteção de dados pessoais**

1. Sem prejuízo do disposto do Caderno de Encargos nos termos do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a Direção Regional da Habitação é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a entidade adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A entidade adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas, assim como a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à Direção Regional da Habitação, nos termos previstos no RGPD.
5. Os dados pessoais são conservados pelo prazo fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante a Direção Regional da Habitação, o direito de informação, direito de acesso, direito de retificação dos dados inexatos, direito ao apagamento, direito à limitação do tratamento, direito de portabilidade dos dados, direito de oposição ao tratamento, direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
  - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados, através do e-mail [vice-presidencia@azores.gov.pt](mailto:vice-presidencia@azores.gov.pt), direito de apresentar exposições;
  - c) A exercer perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados, direito a apresentar reclamação;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes, direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
7. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do CCP, a entidade adjudicante procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

**Artigo 20.º | Prevalência**

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios e da plataforma eletrónica de contratação com elas desconformes.

**Artigo 21.º | Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente programa observar-se-á o disposto no RJCPRAA, no CCP, no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, executado na ordem jurídica interna pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação e regulamentação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ANEXO I

**Minuta da proposta**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do programa do concurso]

1. .... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação do anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato no Bairro Nascer do Sol e Antiga Escola (Americana) T-234, sito às Amoreiras, Santa Cruz, Praia da Vitória, Ilha Terceira, Acores afeto à Direção Regional da Habitação da Vice-Presidência do Governo Regional, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo preço de €..... (em algarismos) ..... (por extenso), a que acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, pelo prazo de 28 (vinte e oito) meses.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura]<sup>(3)</sup>.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

**Modelos de caução**

[a que se refere o artigo 16.º do programa do concurso]

**Modelo de guia de depósito bancário**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ [nome do adjudicatário], com sede em \_\_\_\_\_ [morada], depositar na \_\_\_\_\_ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco \_\_\_\_\_ [identificar Banco] a quantia de \_\_\_\_\_ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para \_\_\_\_\_ [identificação do procedimento], nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local e data]

[Assinatura]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Modelo de garantia bancária/seguro caução**

Garantia bancária/seguro caução n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_[*adjudicatário*], vem o(a) \_\_\_\_\_[*instituição garante*], pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_[*entidade adjudicante beneficiária*], uma garantia bancária/seguro-caução [*eliminar o que não interessar*] até ao montante de \_\_\_\_\_[*por algarismos e por extenso*], destinado(a) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_[*identificação do procedimento*], nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 [*eliminar o que não interessar*] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

A presente garantia corresponde a \_\_\_\_\_% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros [*eliminar o que não interessar*] garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa fazer valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

[Local e data]

[Assinatura]